



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 49/XII e 50/XII (reuniões de 7 e 8 de fevereiro de 2012);

2. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para realização de audições sobre a situação no sector da construção civil e obras públicas;

3. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 45/XII/1.ª (GOV) – Aprova o Novo Regime Jurídico da Concorrência, revogando a Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e a Lei n.º 39/2006, de 25 de agosto

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS);

4. Apresentação do plano de atividades do Grupo de Trabalho "Compra e venda de ouro";

5. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 49/XII e 50/XII (reuniões de 7 e 8 de fevereiro de 2012);

Neste ponto da ordem do dia, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV, as atas n.ºs 49/XII e 50/XII, relativas às reuniões da Comissão de 7 e 8 de fevereiro de 2012.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

2. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para realização de audições sobre a situação no sector da construção civil e obras públicas;

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou o requerimento para audição de um conjunto de entidades sobre a situação no sector da construção civil e obras públicas, tendo sugerido que as audições se poderiam agrupar em dois conjuntos, um com os representantes das estruturas empresariais e outro com os das estruturas sindicais.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Saraiva (PSD), para acompanhar a preocupação com o que está a acontecer no sector e propor que as audições sejam canalizadas para o GT Audiências da CEOP, com possibilidade de afinação do leque de entidades a ouvir, privilegiando as de âmbito nacional, uma vez que a questão não se reduz ao distrito de Braga, e dispensando-se o requerimento de ser votado; Duarte Cordeiro (PS), para considerar a audição pertinente e partilhar a opinião do orador antecedente; e Hélder Amaral (CDS-PP), para concordar e defender uma primeira abordagem da questão no âmbito do GT Audiências da CEOP.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) concordou em fazer as audições em sede do GT Audiências da CEOP, pelo que o requerimento não foi objeto de votação.

O Senhor Deputado Nuno Matias, Coordenador do GT Audiências da CEOP, deu conta que o grupo de trabalho acolhia com agrado a sugestão do plenário da Comissão e iria tentar realizar as audições de forma expedita, tendo concentrá-las na manhã de uma terça-feira próxima.

3. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 45/XII/1.ª (GOV) – Aprova o Novo Regime Jurídico da Concorrência, revogando a Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e a Lei n.º 39/2006, de 25 de agosto

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS);



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi apresentado o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 45/XII, tendo destacado em especial as normas que permitem o conhecimento da propriedade das empresas, nomeadamente de comunicação social, o que ajuda à regulação e transparência, e o reforço do papel da Autoridade da Concorrência bem como a criação do tribunal especializado.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Saraiva (PSD), para cumprimentar o relator, considerar que a expressão da opinião do relator no parecer tê-lo-ia enriquecido, e realçar a participação na discussão pública havida em torno do anteprojeto desta PPL bem como a qualidade da nota técnica elaborada pelos serviços da Assembleia da República; Hélder Amaral (CDS-PP), para cumprimentar o relator e realçar a melhoria da capacidade da Autoridade da Concorrência, dando-lhe mais competências, bem como a criação de um tribunal especializado para que as decisões sejam mais rápidas; e Agostinho Lopes (PCP), para saudar o relator.

Tornou a usar da palavra o relator, para referir que entende a utilidade de expressar no parecer a opinião do relator, mas o pouco tempo para elaborar este parecer e o facto de o seu grupo parlamentar organizar uma iniciativa sobre esta matéria contribuíram para que isso não acontecesse.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

4. Apresentação do plano de atividades do Grupo de Trabalho "Compra e venda de ouro";

Usou da palavra o Senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD), por impossibilidade de presença da Coordenadora do Grupo de Trabalho "Compra e venda de ouro", Deputada Eurídice Pereira (PS), para apresentar o plano de atividades do Grupo de Trabalho, o qual tinha sido já distribuído aos Deputados da Comissão.

5. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), para referir a solicitação de uma audiência por parte da Associação IBERONAUTA ao Grupo de Trabalho Segurança Rodoviária, tendo o Senhor Presidente defendido que, existindo grupos de trabalho temáticos, os pedidos de audiência relacionados com essas matérias devem ser canalizados para os grupos de trabalho, não carecendo que qualquer autorização da Comissão para a sua realização.

A este propósito, usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para concordar e defender que os grupos de trabalho apenas não têm autonomia para realizar audições de membros do Governo, que têm de ser realizadas em Comissão.

O Senhor Presidente deu também conta do interesse manifestado pelo grupo parlamentar do PS para realização da reunião prevista na Lei n.º 43/2006, relativamente à reunião do Conselho da União Europeia (Competitividade – Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço), que se realizará nos próximos dias 20 e 21 de fevereiro, tendo afirmado que iria iniciar diligências para a concretização dessa reunião.

Usou depois da palavra a Senhora Deputada Hortense Martins (PS), que deu conta do início das audições em sede de Grupo de Trabalho – Turismo, tendo-se realizado no dia anterior a audição à Confederação do Turismo Português, e concordou com a definição da regra de que as audiências solicitadas sobre matérias conexas com os grupos de trabalho já criados sejam realizadas nessa sede. Abordou depois a questão da visita da Comissão ao Algarve, referindo a necessidade de definir os termos em que essa visita iria decorrer, tendo em consideração o modelo das visitas feitas no passado com o intuito do aprofundamento das questões relevantes da região a visitar, tendo ficado apenas por visitar as regiões do Algarve e da Grande Lisboa. Questionou ainda a duração prevista para esta visita no plano de atividades da Comissão (um dia), o que parece manifestamente pouco dada a distância a percorrer. No entanto, a este propósito, lembrou, tem de ser ponderada a questão orçamental.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) pronunciou-se a este respeito, referindo que esta iniciativa deverá ter um cariz diferente das visitas anteriores, envolvendo toda a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Comissão. Defendeu que esta primeira atividade extramuros do grupo de trabalho deve coincidir com aquilo a que se chamou no plano de atividades da Comissão de “Comissão no Terreno”, havendo depois outras oportunidades para o grupo de trabalho realizar outras visitas.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi referido que considerava fundamental conhecer profundamente a realidade turística do Algarve e essa avaliação de pormenor podia ser feita pelo grupo de trabalho. Manifestou dúvidas sobre uma deslocação de toda a Comissão durante dois dias para o Algarve, dada a situação económica em que se encontra país, e defendeu que o evento “Comissão no Terreno” poderia ser feito em Lisboa.

Tornou a usar da palavra a Coordenadora do Grupo de Trabalho – Turismo, para realçar a necessidade de clarificação e a sensibilidade ao argumento da situação económica do país e para lembrar que não se pode defraudar as expectativas das entidades regionais neste tipo de visitas, tendo como comparação as visitas anteriores, finalizadas as quais foi elaborado um relatório aprofundado, o qual foi enviado a todas as entidades que participaram.

O Senhor Presidente encerrou a discussão, concluindo que, se não houver uma intenção contrária dos grupos parlamentares, deve manter-se o previsto no plano de atividades da Comissão. Tendo em consideração os argumentos económicos e orçamentais, defendeu que a visita deve ser realizada por todos os Deputados do Grupo de Trabalho, os coordenadores dos grupos parlamentares na Comissão ou quem eles indicarem para os representar e o Presidente da Comissão. Não se registou oposição a esta proposta.

Referindo-se ao Grupo de Trabalho “Transportes Aéreos e Marítimos para a Madeira e os Açores”, o Senhor Presidente lembrou que este grupo de trabalho tem uma duração prevista de 60 dias que começa a contar a partir da data da primeira reunião (2 de fevereiro) e apelou aos grupos de trabalho para cumprirem os prazos estipulados.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

A este propósito, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) lembrou que foi definido um modelo em que os grupos de trabalho teriam uma natureza transitória com tempo limitado e que houve outras matérias que ficaram adiadas para criação de grupo de trabalho, pelo que era essencial que os existentes cumprissem os *timings* definidos.

O Senhor Presidente lembrou ainda que estava agendada para o dia 7 de março próximo a audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República e que, se houver trabalhos parlamentares no dia 21 de fevereiro, será agendada a audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, na sequência da aprovação de um requerimento do PSD.

De seguida, o Senhor Presidente informou o coordenador do grupo parlamentar do PCP de que era necessário nomear relator para a Proposta de Lei n.º 46/XII, e que, segundo a grelha de distribuição, caberia ao PCP, tendo o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) informado que indicaria mais tarde o nome do relator.

Finalmente, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) questionou se já tinham sido enviados à Comissão os documentos solicitados sobre a renegociação das parcerias público-privadas nas ex-SCUT, tendo o Senhor Presidente respondido que, apesar das insistências, formais e informais, tais documentos ainda não tinham sido recebidos. O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) fez notar que os referidos relatórios estão datados de 15 de setembro de 2011 e que, ao fim de todo este tempo, não podia deixar de ser reconhecido pela Comissão que qualquer coisa não está a correr bem. Depois de referir a relevância pública deste assunto e a sonegação que está a ser feita de documentos à Assembleia da República, considerou não ser admissível que a Comissão assista passivamente a esta situação, mais a mais depois das declarações do Presidente da Comissão no dia anterior.

Respondeu o Senhor Presidente que já tinha reportado de diversas maneiras o desconforto por a Comissão não ter recebido os documentos solicitados. Quando às



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

suas declarações do dia anterior, precisou, exprimiam um sentimento pessoal, do qual, pelos vistos, o Deputado Paulo Campos também partilha.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) quis saber quais os poderes da Comissão nestas situações.

Pelo Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) foi dito que a situação não era inédita, nomeadamente na anterior Legislatura. Afirmou ainda acreditar que o Senhor Presidente, nos termos regimentais existente, não deixaria de continuar a pugnar pelo envio dos documentos à Comissão.

Também o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) subscreveu a necessidade e urgência de ter a documentação solicitada.

O Senhor Presidente concluiu, afirmando que, do ponto de vista regimental, nada mais havia a fazer e, informalmente, iria reiterar junto do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a necessidade de enviar os documentos solicitados.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
António Leitão Amaro
Carlos São Martinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Luís Menezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia